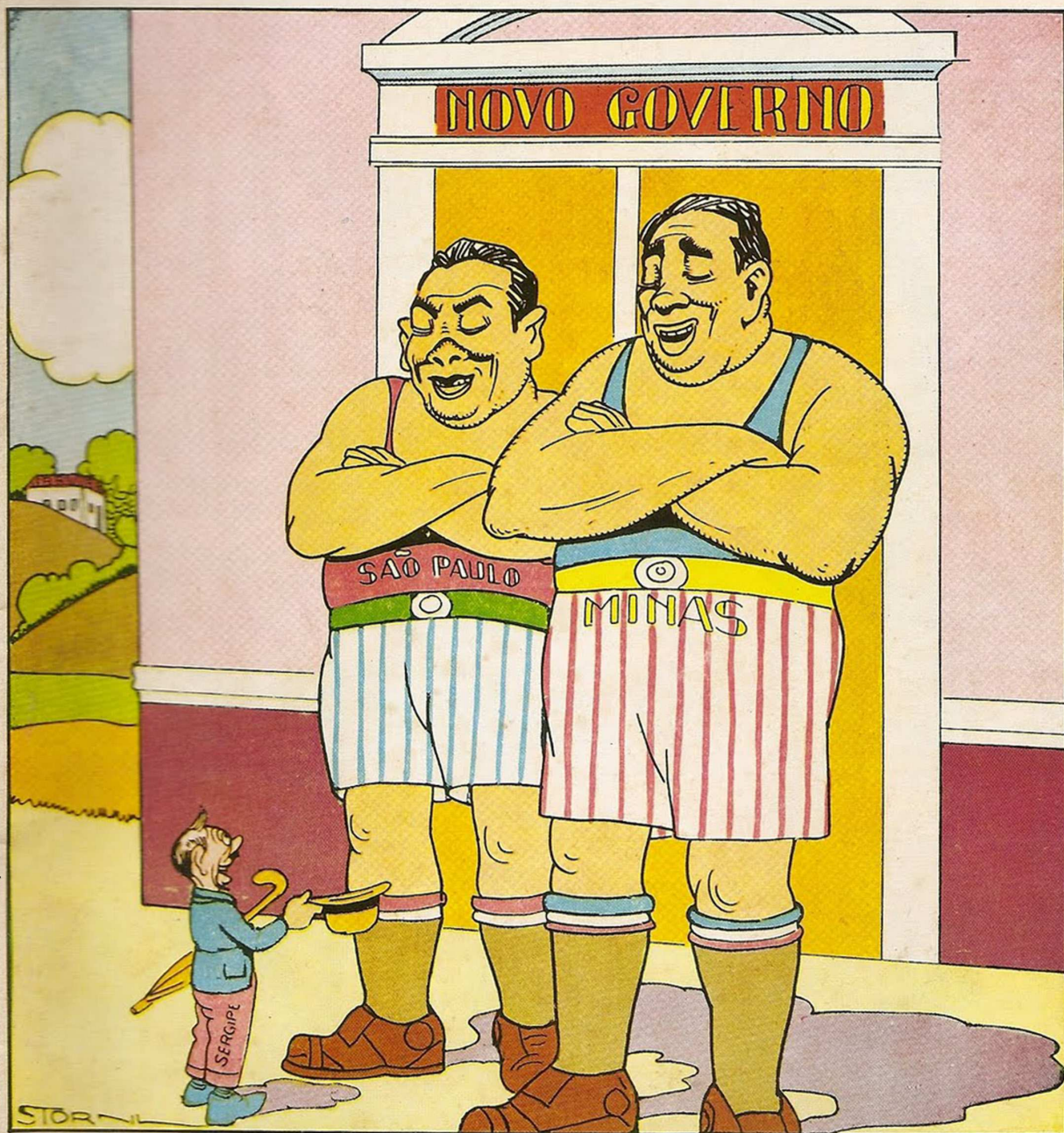


11
SETEMBRO
1926

Careta

NUMERO
951
ANNO XIX

PREÇO DE CARETA NOS ESTADOS 600 RÉIS



CAPA DA REVISTA CARETA, 1926

O DIREITO DAS MINORIAS...

O PEQUENO — Ha um lugarsinho para mim nesse TEAM?

Os GRAÚDOS — Tem paciencia, mas o SCRATHC está completo com elementos de S. Paulo e Minas.

500 Réis

MINEIROS RETORNADOS E A CORRENTE DE MIGRANTES PAULISTAS:

os fluxos de São Paulo para Minas Gerais

CARLOS LOBO*

RALFO MATOS**

JOSÉ MARCOS P. DA CUNHA***

RESUMO Minas Gerais se caracterizou historicamente como área repulsora de população, cujas trocas expressavam saldos amplamente favoráveis a São Paulo. Entretanto, mudanças recentes na dinâmica migratória podem ser observadas desde 1991, quando havia sinais de declínio da emigração para São Paulo. Os dados do último Censo confirmaram um novo cenário: de crescente contingente migratório procedente de São Paulo. A expansão da área de influência de São Paulo sugere a consolidação de novos centros regionais em Minas Gerais, que absorvem os efeitos da desconcentração econômica paulista. As evidências dessa dispersão ampliada podem ser observadas no crescimento da migração para microrregiões do Sul de Minas, Triângulo e Mata, que se destacam na atração de migrantes (mineiros ou paulistas).

PALAVRAS-CHAVE Migração. Minas Gerais. São Paulo.

RETURNED MINAS GERAIS NATIVES AND THE STREAM OF SÃO PAULO MIGRANTS: the population flows from São Paulo to Minas Gerais

ABSTRACT The State of Minas Gerais has historically been an area of population loss whose exchanges expressed broadly favourable balances to São Paulo. However, recent changes in the migration dynamics can be observed since 1991, when there were signs of declining migration to São Paulo. The data of the last census confirmed a new scenario: a growing migratory contingent coming from São Paulo. The expansion of São Paulo's Area of Influence suggests the consolidation of new regional centers in Minas Gerais that absorb the effects of São Paulo's economic devolution. Evidence of this expanded dispersion can be observed in the growth of migration to microregions of Southern Minas Gerais, Triângulo and Mata, which are notorious for attracting migrants (born in Minas Gerais or São Paulo).

KEYWORDS Migration. Minas Gerais. São Paulo.

* Doutor em Geografia. Programas de Pós-graduação em Geografia, Geotecnia e Transportes e Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais UFMG. E-mail: carlosfflobo@gmail.com

** Doutor em Demografia. Programa de Pós-graduação em Geografia do IGC/UFMG. E-mail: ralfomatos@gmail.com

*** Doutor em Demografia. IFCH/UNICAMP e NEPO. E-mail: zemarcos@nepo.unicamp.br

Introdução

Por mais de um século, Minas Gerais foi um dos estados que mais perdeu população no Brasil. Junto com a região Nordeste, era o grande celeiro de mão de obra nacional, e o crescimento do parque industrial paulista certamente influenciou na evolução da dinâmica migratória dessas regiões. Talvez, para além das características geográficas prevalentes, a condição emigratória de Minas Gerais não se tivesse revelado com tanta intensidade sem a grande acumulação de população que o estado experimentou por muito tempo, especialmente ao longo do século XIX. No início do século XX, Minas Gerais abrigava perto de 1/5 da população brasileira, e seu crescimento vegetativo ainda era elevado. Com expressivos estoques populacionais e a perda do dinamismo econômico em fins do século XIX, não seria surpresa a liberação de crescentes contingentes populacionais de mineiros, dada a necessidade de força de trabalho demandada pela ampliação do mercado interno. Nas primeiras décadas do século XX, com a intensificação do processo de industrialização, via substituição das importações, aumentaram consideravelmente os fluxos migratórios com destino ao estado de São Paulo. Se de um lado a pujança econômica paulista operava como um fator de atração populacional, de outro, a decadência de determinadas regiões mineiras mostrava-se patente, sobretudo nas áreas rurais do norte e nordeste do Estado.

A partir de meados do século passado, o estado de São Paulo, principalmente sua região metropolitana, consolidou-se como a principal área receptora de emigrantes procedentes de Minas Gerais. Na década de 1970, ponto culminante dos grandes fluxos migratórios brasileiros, como mostra Rigotti (1999), São Paulo apresenta o maior saldo migratório intercensitário da história brasileira, exibindo ganhos de mais de 3,5 milhões de pessoas (somado o efeito indireto). Em 1980, Minas Gerais já apresentava um arrefecimento de suas perdas populacionais, que se refletia na redução do saldo negativo (de mais de 1,4 milhão de pessoas, contra 1,6 milhão na década anterior). Essa tendência se

confirmou nos dados referentes ao censo de 1991, quando o saldo migratório negativo atingiu valores próximos a 800 mil pessoas. Naquele momento, a economia brasileira passava por um ciclo de crise econômica, com escassez de postos no mercado de trabalho dos grandes centros urbanos. Do ponto de vista demográfico, a mortalidade e a fecundidade experimentavam sucessivos declínios, resultado do processo de transição demográfica. Com isso, os grandes volumes de população excedente tendiam a diminuir, em meio a mudanças na própria dinâmica migratória interna (MATOS, 1995).

Dados subsequentes possibilitaram identificar mudanças nos fluxos e nos padrões espaciais da migração em Minas Gerais, especialmente em relação aos fluxos que envolvem o estado de São Paulo. O Censo de 1991, que já mostrava arrefecimento no ritmo de crescimento demográfico, demonstrou, pela primeira vez, que a região metropolitana de São Paulo apresentava saldo migratório negativo de 274.000 pessoas¹. Essa alteração no balanço migratório paulista foi resultado direto da queda na imigração interestadual e do aumento da emigração, para sua área de influência direta, bem como da emigração daqueles que retornavam aos seus estados de origem. No caso das trocas com Minas Gerais, na década seguinte, os dados de migração, referentes ao período de 1995-2000, confirmam as tendências anteriores, mostrando um fato inédito: a inversão da posição de Minas em relação a São Paulo no que diz respeito às trocas de população. O número de migrantes procedentes de São Paulo passou a ser superior ao que saía de Minas (MATOS *et al.*, 2004).

¹ A capital paulista teria sido a principal responsável pela perda líquida de população na década de 1980, com saldo negativo de 750.000 pessoas (BAENINGER, 1997)

No interior dessa mudança, é provável que novas centralidades regionais estivessem se afirmando em Minas Gerais, o que explicaria parte da reversão nos padrões espaciais, uma vez que mudanças econômicas em curso podem ampliar o grau de proximidade e interação entre regiões que, histórica e geograficamente, sempre estiveram interligadas a São Paulo, a exemplo do Sul de Minas e Triângulo Mineiro, ou mesmo Campo das Vertentes, Oeste de Minas e Noroeste. Adicionalmente, destaca-se que as trocas entre as regiões menos próximas, como a própria Região Metropolitana de Belo Horizonte, também podem indicar facetas menos óbvias do processo migratório, de acordo com o tipo de migrante em questão. Por exemplo, algumas regiões mineiras permaneceram perdendo população para o estado de São Paulo, tais como as do arco nordeste/norte (Doce, Mucuri, Jequitinhonha e Norte), a despeito de receberem um número expressivo de migrantes de retorno.

Diante dessas mudanças, este artigo se propõe a analisar os fluxos de imigração para Minas Gerais procedentes do estado de São Paulo, discriminados conforme a Unidade da Federação (UF) de nascimento (mineiros e paulistas). Para tanto, foram utilizados os microdados amostrais dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010, tendo como base a migração de última etapa, cujos fluxos foram identificados pela combinação entre as microrregiões de residência na data de referência de cada recenseamento e a UF de última residência. Esse dado, combinado com a UF de nascimento, possibilitou discriminar os migrantes por naturalidade: mineiros ou paulistas.

A distribuição espacial da população e as migrações: efeitos da (des)concentração paulista?

A formação das chamadas estruturas espaciais concentradas, como descreve Matos (1995), pode ser vista como resultado da conjunção de vários fatores que interagem no tempo e se reportam às formas de intervenção do Estado, à inserção na divisão internacional do trabalho, à distribuição espacial diferenciada dos recursos naturais e da força de trabalho e às vantagens aglomerativas que se difundem em áreas densamente ocupadas. As relações internacionais combinadas à atuação do Estado e à dinâmica interna de acumulação podem ser consideradas como condicionantes de ordem estrutural, dada sua relevância interna. O papel do Estado é, nesse aspecto, particularmente decisivo na formação das economias de aglomeração, sobretudo quando intervém nas áreas de transportes e comunicações, no âmbito da normalização jurídica e institucional e na execução de obras de infraestrutura².

Cabe ainda ressaltar o efeito da própria concentração espacial da população, especialmente porque altera a disponibilidade da mão de obra, tanto em quantidade como em qualidade (MATOS, 1995). A manutenção de expressivos estoques da força de trabalho, inclusive sob o ponto de vista da análise marxista, é uma condição chave para a expansão capitalista, tendo em vista seu papel na regulação do valor dos salários. A concentração de população em grandes centros urbanos também induz a formação de um importante capital fixo que funciona na manutenção de expressivas unidades de produção, formando amplos mercados que incrementam as economias de escala, tanto

² Outro fator central na gênese do crescimento econômico é dado pela dotação de recursos naturais, cujo papel representado no desenvolvimento regional tem sido recorrentemente mostrado na literatura, como se destaca no debate entre North e Tibeout e nas formulações de Perloff e Wingo (DINIZ, 1993). No Brasil, a ocupação inicial do território foi condicionada, em boa medida, pela própria disponibilidade e apropriação dos recursos naturais. A distribuição desigual desses recursos pode, nesse aspecto, potencializar o efeito das vantagens comparativas, contribuindo para a formação das economias regionais e distribuição das atividades produtivas.

por uma maior especialização na produção das empresas, quanto pela distribuição de bens e serviços. Essa concentração pode aumentar a quantidade de produção por unidade de insumo, se se compara com padrões alternativos mais dispersos de distribuição (REDWOOD III, 1984). Criam-se, dessa forma, as condições necessárias ao surgimento de determinados fatores, cujos arranjos definiriam as chamadas economias de aglomeração, um dos fundamentos da organização do espaço econômico, porquanto favorece a produção e reprodução de atividades com custos diferenciados espacialmente.

Na economia regional, os fatores aglomerativos resultam da natureza social da produção, representando vantagens ou barateamento da produção e distribuição em função da reunião espacial de várias unidades produtivas em escala considerável. A ideia básica é dada pela proximidade geográfica, em que as firmas possam obter vantagens em termos de redução dos custos unitários de produção (AZZONI, 1986). Uma das contribuições para a hipótese de aglomeração, como afirma Diniz (1993), postula que os novos distritos industriais são criados pela desintegração vertical, ampliando as economias externas. Esse processo tenderia a expandir as relações entre as plantas, pela necessidade de troca de informações, contatos face a face, fluxo de materiais e pessoas, o que implica maior proximidade geográfica. Novos distritos industriais recriados podem ser encontrados por recentes locações, na medida em que as novas atividades econômicas exigem condições e requisitos específicos que não são encontrados nos antigos centros.

No Brasil, a distribuição da produção industrial tem mudado sensivelmente nas últimas décadas, com reflexo direto na dinâmica migratória interna. O resultado mais notável foi o relativo declínio da participação da Área Metropolitana de São Paulo, ainda que mantivesse seu peso no cenário nacional. Desde então, alguns autores têm sugerido a possível ocorrência de processo de desconcentração ou polarização reversa, apesar de o crescimento ocorrer em poucas e selecionadas regiões do país. Algumas tentativas de aplicação dessa hipótese foram expostas para o caso brasileiro e paulista. Ainda que particularidades estruturais e conjunturais tenham oferecido dificuldades adicionais, Townroe e Keen (1984) apresentaram algumas evidências concretas de reversão da polarização no Estado entre 1970 e 1980. Além da queda na participação relativa da população do núcleo, esses autores identificaram sinais adicionais de desconcentração espacial. Azzoni (1986), contudo, contestou o fato de o tamanho da cidade ser considerado o melhor indicador de economias de aglomeração. A atração regional,

na interpretação desse autor, transcenderia a atração de uma cidade e envolveria um campo de ação regional, a despeito de os custos locais serem essencialmente urbanos. Longe de constituir-se um sinal de reversão da polarização, tomando como exemplo o caso de São Paulo, haveria um cenário mais próximo de um espraiamento da indústria dentro da área mais industrializada do país – como uma forma de “desconcentração concentrada” (AZZONI, 1986).

Diniz (1993), todavia, acredita que o “espraiamento” industrial brasileiro não ocorreu apenas dentro do limitado raio de 150 km da área metropolitana de São Paulo. Para esse autor, após a incontestável concentração econômica e demográfica verificada até o final da década de 1960, iniciou-se a reversão da polarização propriamente dita. Entretanto, esse processo não teria ocorrido de modo ampliado, mas, sim, em espaços seletivos bem equipados e ricos em externalidades. Em seguida, haveria a relativa reconcentração no polígono definido pela região formada por Belo Horizonte-Uberlândia-Londrina / Maringá-Porto Alegre-Florianópolis-São José dos Campos-Belo Horizonte. No entanto, esse alcance vai muito além do campo aglomerativo de Azzoni ou do polígono de desenvolvimento de Diniz³.

³ Negri (1996), além de considerar indevida a analogia de Azzoni, acredita ser inapropriado o polígono estabelecido por Diniz (1993), não obstante a região central ter-se beneficiado da desconcentração dos últimos 20 anos, quando ampliou sua participação na indústria nacional de 33,1% para 49,2%, o que não representou incoerências frente ao crescimento fora do polígono.

Para Martine *et al.* (1988), o fato mais significativo nas últimas décadas do século passado foi a inversão histórica da concentração da produção na grande São Paulo e a perda da participação relativa do polo metropolitano, tanto no valor industrial quanto no emprego. De acordo com esses autores, embora possa haver relativo consenso sobre a desconcentração de São Paulo, a forma e o significado desse fenômeno são discutíveis, assim:

a) a descentralização afetou não somente a região imediatamente ligada a São Paulo, mas segmentos importantes do território nacional; b) a descentralização foi produzida, em parte, pelas políticas federais de impacto regional e, em parte, pelas leis do mercado; c) a descentralização de atividades econômicas está produzindo um crescimento demográfico da Grande São Paulo menos acelerado do que se a concentração tivesse continuada de forma linear. (MARTINE, et al., 1988, p. 53-54).

De outra parte, para Matos (2005), a desconcentração econômico-demográfica se apoia espacialmente em um outro tipo de estrutura espacial: a das redes urbanas de nódulos densos. A redistribuição da população se dá pelos interstícios da rede urbana brasileira que experimentou significativa expansão nos últimos 50 anos. Boa parte do

incremento da urbanização nesse período, inclusive no rol das cidades médias, guarda relação com os efeitos multiplicadores do espraiamento da antiga concentração urbana e industrial do Sudeste (MATOS, 1995). Lobo e Matos (2011), ao analisarem a dispersão espacial no Brasil com base nos dados referentes às décadas de 1980 a 2000, embora não confirmem a plenitude da reversão da polarização, nos termos apresentados por Richardson (1980), nem a suposta desconcentração econômico-demográfica destacada por Redwood III (1984), apresentam alguns sinais de dispersão espacial da população, já proeminente no caso de São Paulo. Na região de influência da capital paulista, o volume dos fluxos migratórios direcionados para os principais polos de atração sugere tratar-se de formas características de “dispersão polinucleada” (LOBO, 2009; LOBO e MATOS, 2010; LOBO e MATOS, 2011), estendida para além dos limites metropolitanos.

Se as controvérsias sobre a intensidade e abrangência da hipótese de dispersão espacial da população e das atividades econômicas são recorrentes (LOBO, 2016), pelo menos há claros sinais de queda no ritmo de crescimento demográfico e perda de capacidade de retenção populacional dos principais centros do país, inclusive da metrópole paulista. Parte essencial da explicação recai sobre a sensível queda no saldo migratório, reflexo direto no crescimento nos fluxos migratórios intrarregionais e do crescimento da migração de retorno, em sua maioria interestaduais. Como demonstraram Cunha e Baeninger (2005), os movimentos de retorno ilustram as duas pontas complementares do processo migratório, uma vez que, mesmo com relativa retomada da emigração em vários estados nos anos 90, em particular no Nordeste, foi possível observar forte incremento das migrações de naturais das regiões de origem. Os dados apresentados mostram que os maiores volumes de retorno foram registrados em estados tradicionalmente expulsos de população, como os do Nordeste (em particular, Bahia, Pernambuco e Ceará), Minas Gerais e Paraná. Atrelado ao incremento da incapacidade de absorção e fixação dos migrantes, como ocorria, por exemplo, nos anos 1960 e 1970, a perda de possibilidades de mobilidade social, advinda da forte reestruturação produtiva dos nossos centros urbano-industriais, induziria o aumento da instabilidade de migrantes, que não mais poderiam fixar-se de maneira definitiva nas áreas com maior potencial de geração de empregos. Minas Gerais é um estado central na análise da dinâmica migratória regional, até mesmo no redirecionamento dos fluxos com origem em São Paulo. Desde a década de 1980, tem-se ampliado o volume de migrantes

procedentes do estado vizinho, especialmente de mineiros retornados. Há, todavia, um crescimento da chegada de não mineiros, inclusive de paulistas que têm procurado novas alternativas e oportunidades em Minas Gerais. Seria esse fluxo de migrantes um dos efeitos da suposta dispersão espacial paulista? Essa questão, ainda que não seja respondida diretamente pelas evidências trazidas por esse artigo, reforça a necessidade de investigação empírica e reflexão sobre as possíveis causas e consequências do crescimento dessa corrente migratória para o estado de Minas Gerais.

A migração de São Paulo para Minas Gerais: evidências além do movimento de retorno

O cenário migratório de Minas Gerais representa uma realidade distinta daquela observada na metade do século passado, ainda que persistam semelhanças, como a manutenção de grandes volumes de emigrantes interestaduais, especialmente para São Paulo. Todavia, conforme dados expostos na Tabela 1, que cobrem as migrações entre UFs no intervalo censitário 1980-2010, com base na migração de última etapa (UF de residência anterior), nota-se uma queda na emigração total de Minas Gerais. Em 1980, mais de 1,1 milhão de emigrantes deixaram o Estado. Em 2010, foram mais de 800 mil. Por outro lado, os fluxos de imigrantes sofreram um incremento não desprezível. De cerca de 500 mil, em 1980, para quase 729 mil em 2010. Boa parte da redução nas perdas migratórias se deve à queda nos fluxos em direção ao Sudeste (de 809.239, em 1980, para 515.061 em 2010), enquanto a ampliação dos ganhos é explicada pelo maior contingente procedente do Sudeste e Nordeste. Cabe destacar, contudo, a primazia do volume da migração com origem em São Paulo. Ainda que a migração tivesse experimentado declínio, as trocas com o estado paulista no último censo representavam uma proporção de, respectivamente, 40,08% e 41,30% da imigração e emigração para e de Minas Gerais.

Os resultados agregados, quando analisadas as trocas específicas com o estado de São Paulo (FIG. 1), também possibilitam observar que Minas Gerais teve sensível mudança no saldo migratório ao longo das décadas analisadas. De um saldo negativo de -606.888 em 1980, passou para -87.617 pessoas em 2010. Essa queda nas perdas por

Ufs	1980						1991						2000						2010					
	Imigrantes			Emigrantes			Imigrantes			Emigrantes			Imigrantes			Emigrantes			Imigrantes			Emigrantes		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Rondônia	1.047	0,20	18.435	1,62	10.473	1,59	31.653	3,78	9.884	1,11	14.825	1,67	3.675	0,50	9.434	1,16								
Acre	171	0,03	934	0,08	751	0,11	925	0,11	738	0,08	837	0,09	637	0,09	1.040	0,13								
Amazonas	969	0,18	1.839	0,16	3.422	0,52	1.912	0,23	3.277	0,37	1.874	0,21	2.184	0,30	2.946	0,36								
Roraima	98	0,02	160	0,01	315	0,05	459	0,05	766	0,09	679	0,08	689	0,09	673	0,08								
Pará	3.577	0,67	22.605	1,99	9.317	1,42	15.093	1,80	13.324	1,49	10.498	1,18	11.106	1,52	12.577	1,54								
Amapá	321	0,06	91	0,01	309	0,05	505	0,06	375	0,04	523	0,06	781	0,11	838	0,10								
Tocantins	22	0,00	19.321	1,70	2.411	0,37	5.486	0,65	5.244	0,59	7.390	0,83	5.230	0,72	7.100	0,87								
Norte	6.205	1,17	63.385	5,57	26.997	4,10	56.032	6,69	33.610	3,76	36.627	4,13	24.302	3,33	34.607	4,24								
Maranhão	2.511	0,47	5.388	0,47	4.555	0,69	3.799	0,45	8.878	0,99	4.097	0,46	15.692	2,15	5.446	0,67								
Piauí	1.349	0,25	597	0,05	1.748	0,27	1.273	0,15	3.970	0,44	1.878	0,21	6.486	0,89	2.455	0,30								
Ceará	4.839	0,91	1.881	0,17	7.981	1,21	3.523	0,42	11.264	1,26	6.753	0,76	16.149	2,22	5.753	0,70								
Rio Grande do Norte	3.437	0,65	1.621	0,14	3.561	0,54	2.446	0,29	6.123	0,69	3.454	0,39	4.756	0,65	3.307	0,41								
Paraíba	2.931	0,55	1.163	0,10	3.262	0,50	1.702	0,20	4.994	0,56	2.032	0,23	6.094	0,84	2.739	0,34								
Pernambuco	5.322	1,00	2.677	0,24	6.421	0,98	4.316	0,51	10.400	1,16	5.195	0,59	13.866	1,90	6.224	0,76								
Alagoas	1.382	0,26	594	0,05	1.902	0,29	1.125	0,13	6.130	0,69	1.951	0,22	21.973	3,02	2.876	0,35								
Sergipe	924	0,17	686	0,06	1.766	0,27	1.331	0,16	2.262	0,25	1.524	0,17	2.956	0,41	2.159	0,26								
Bahia	45.552	8,57	38.398	3,37	43.973	6,68	36.573	4,36	77.175	8,64	43.129	4,86	69.701	9,56	45.300	5,55								
Nordeste	68.247	12,84	53.005	4,66	75.170	11,43	56.088	6,69	131.196	14,68	70.013	7,89	157.673	21,64	76.258	9,34								
Espirito Santo	36.848	6,93	81.141	7,13	48.618	7,39	86.263	10,29	62.586	7,00	88.792	10,00	44.174	6,06	78.035	9,56								
Rio de Janeiro	77.535	14,58	160.551	14,10	102.836	15,63	89.489	10,68	116.863	13,08	104.335	11,75	90.299	12,39	99.833	12,23								
São Paulo	194.369	36,56	567.547	49,85	269.298	40,93	385.895	46,05	386.368	43,23	411.590	46,36	292.106	40,08	337.194	41,30								
Sudeste	308.752	58,08	809.239	71,08	420.753	63,95	561.647	67,02	565.817	63,31	604.716	68,12	426.578	58,54	515.061	63,09								
Paraná	45.309	8,52	27.761	2,44	28.030	4,26	18.678	2,23	28.946	3,24	21.484	2,42	19.109	2,62	23.721	2,91								
Santa Catarina	1.776	0,33	2.541	0,22	2.810	0,43	3.532	0,42	4.703	0,53	5.367	0,60	5.805	0,80	8.596	1,05								
Rio Grande do Sul	4.992	0,94	3.775	0,33	6.355	0,97	4.097	0,49	6.836	0,76	5.387	0,61	6.633	0,91	7.210	0,88								
Sul	52.077	9,80	34.077	2,99	37.196	5,65	26.307	3,14	40.485	4,53	32.238	3,63	31.548	4,33	39.528	4,84								
Mato Grosso do Sul	4.166	0,78	7.758	0,68	4.989	0,76	8.129	0,97	7.098	0,79	7.039	0,79	6.287	0,86	9.171	1,12								
Mato Grosso	5.450	1,03	27.544	2,42	9.994	1,52	19.528	2,33	12.997	1,45	16.181	1,82	7.912	1,09	12.658	1,55								
Goiás	68.063	12,80	65.941	5,79	54.252	8,25	61.286	7,31	67.985	7,61	67.968	7,66	44.188	6,06	72.186	8,84								
Centro-Oeste	77.679	14,61	101.243	8,89	69.235	10,52	88.081	10,61	88.081	9,86	91.188	10,27	58.387	8,01	94.014	11,52								
Distrito Federal	18.649	3,51	77.548	6,81	28.583	4,34	49.048	5,85	34.494	3,86	52.951	5,96	30.263	4,15	56.899	6,97								
Total	531.609	100,00	1.138.497	100,00	657.933	100,00	838.066	100,00	893.683	100,00	887.733	100,00	728.751	100,00	816.368	100,00								

Tabela 1- Número e percentual de imigrantes e emigrantes em/de Minas Gerais, conforme UF/Mi-corregião de origem, 1980, 1991, 2000 e 2010 (migração de última etapa). Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 (dados da amostra).

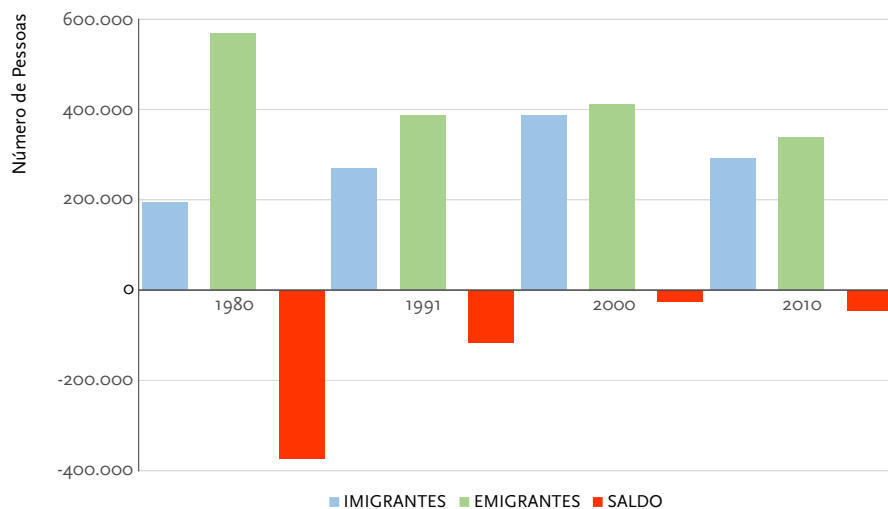


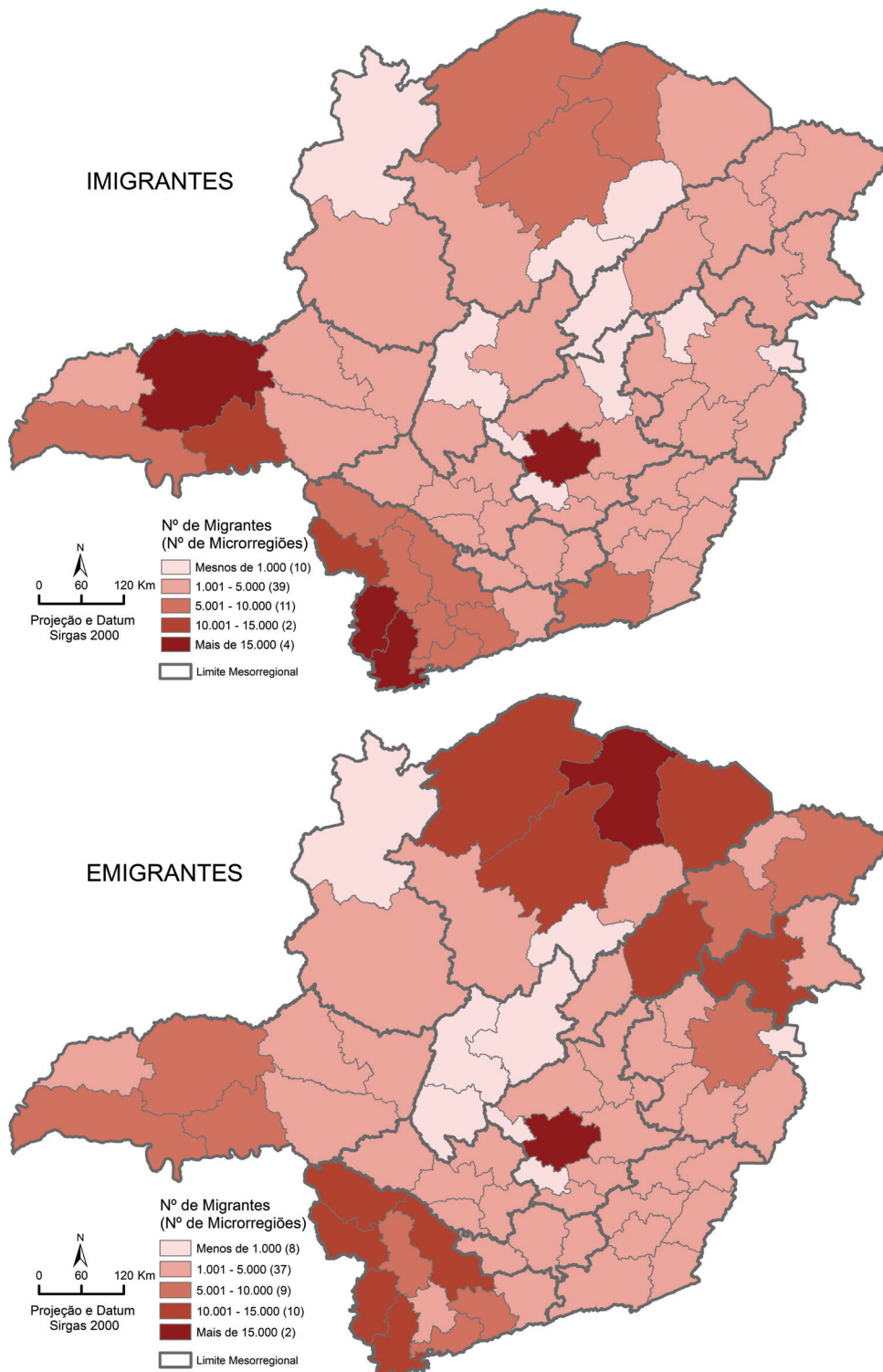
Figura 1- Número de imigrantes, emigrantes e saldo migratório de Minas Gerais segundo procedência de São Paulo (migração de última etapa) 1980, 1991, 2000 e 2010. Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 (dados da amostra).

migração para São Paulo, que culminou em um saldo próximo a zero, foi decorrente de duas tendências quase simultâneas: redução da emigração (de 1.138.497, em 1980, para 816.368 em 2010) e aumento da imigração (de 531.609, em 1980, para 728.751 em 2010).

Há, no entanto, diferenças regionais importantes quando discriminadas as origens e os destinos dos migrantes de e para São Paulo. Conforme mostrado na Figura 2, que representa dados referentes ao censo de 2010, boa parte dos imigrantes de São Paulo passou a residir nas mesorregiões do Sul de Minas e Triângulo Mineiro. Das quatro microrregiões que receberam mais de 15 mil migrantes (FIG. 2), três estão nessas regiões, a saber: Pouso Alegre, Poços de Caldas e Uberlândia. Apenas a microrregião de Belo Horizonte, por seu próprio peso demográfico, destaca-se fora das regiões Sul de Minas e Triângulo Mineiro.

No que se refere à emigração, ganha relevância as tradicionais áreas de emigração de Minas Gerais, como as mesorregiões do Norte de Minas e o Jequitinhonha (antigos celeiros de mão de obra). Mesmo com estoques de população residente relativamente baixos, são regiões que mantinham altos volumes de perdas migratórias. Em outras regiões, além de Belo Horizonte, chama atenção o caso da microrregião de Janaúba, de onde também saíram mais de 15 mil emigrantes para São Paulo. No Norte de Minas e no Jequitinhonha, destacam-se os casos das microrregiões de Montes Claros, Salinas, Januária e Capelinha, todas incluídas na classe com mais de 10 mil emigrantes. Fora dessas mesorregiões, nessa mesma classe, tem-se Teófilo Otoni (Valo do Mucuri), Pouso Alegre, Varginha e Passos (Sul de Minas).

Figura 2 – Imigrantes e Emigrantes procedentes de São Paulo, residentes nas Microrregiões de Minas Gerais em 2010, (migração de última etapa). Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra).



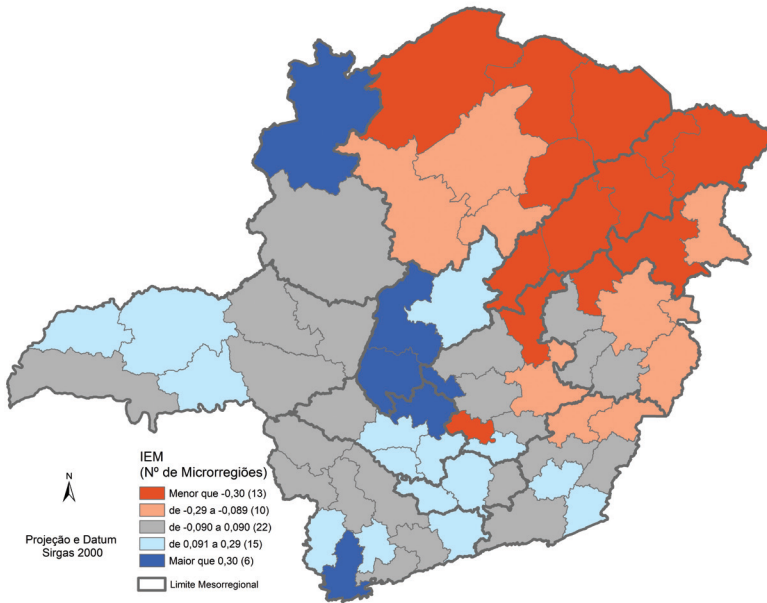


Figura 3 – Índice de Eficácia Migratória (IEM) das microrregiões de Minas Gerais, conforme migração procedente de São Paulo em 2010 (migração de última etapa). Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra).

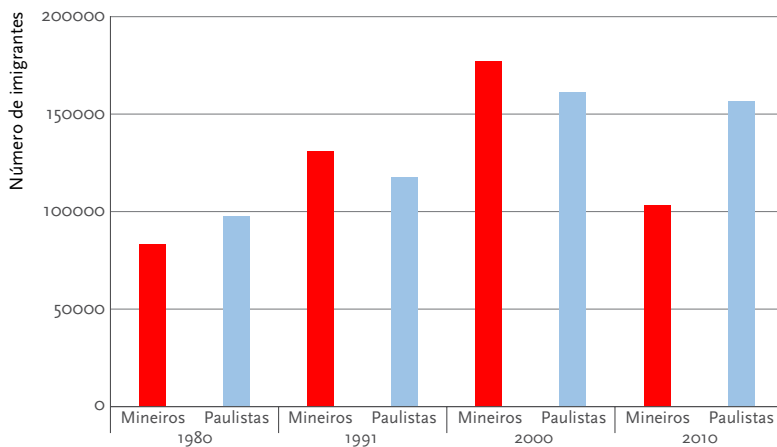


Figura 4 – Imigrantes de última etapa procedentes de São Paulo, residentes em Minas Gerais, conforme UF de nascimento – mineiros e paulistas em 1980, 1991, 2000 e 2010. Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 (dados da amostra).

Os resultados referentes ao chamado Índice de Eficácia Migratória (IEM), representados na Figura 3, resultante apenas das trocas de população entre os dois estados analisados no último censo, possibilitam identificar em Minas Gerais padrões de eficiência migratória regional⁴. Conforme valores de IEM, que definem áreas de maior prevalência da emigração, as microrregiões de alta/média evasão migratória são Conceição do Mato Dentro e Itaguara; Araçuaí, Capelinha, Pedra Azul, Almenara e Diamantina (Jequitinhonha); Grão Mogol, Salinas e Janaúba (Norte de Minas); e Teófilo Otoni (Vale do Mucuri). Por outro lado, consideradas de maior eficiência migratória, com valores de IEM mais próximo a 1, tem-se Pará de Minas, Bom Despacho (Central Mineira), Unai (Noroeste de Minas), Pouso Alegre (Sul/Sudoeste de Minas), Divinópolis (Oeste de Minas) e Três Marias (Central Mineira).

A análise da Figura 4, que discrimina os imigrantes de acordo com a UF de nascimento daqueles procedentes de São Paulo, demonstra o crescimento das entradas não apenas de mineiros retornados, mas também de paulistas. Em 2010, os imigrantes naturais de São Paulo vindos do estado vizinho se tornaram maioria: mais numerosos que os

próprios mineiros que retornaram à UF de nascimento. Nos dois últimos recenseamentos, o número de paulistas vindos de São Paulo foi superior a 150 mil pessoas (em 2000 esse contingente chegou a 167.112 migrantes). A Figura 5 mostra a distribuição espacial desses dois grupos de imigrantes em Minas Gerais, conforme microrregião de residência em 2010. No caso dos mineiros, além daqueles que se dirigiram à capital, que são predominantes, chama atenção a elevada abrangência geográfica, incluindo microrregiões do norte e nordeste do estado, além das regiões mais próximas a São Paulo, como o Sul de Minas e o Triângulo Mineiro. Quanto observado o caso dos

4 De acordo com o IBGE (2011), o Índice de Eficácia Migratória (IEM) mede a capacidade de atração, evasão ou rotatividade migratória. É obtido pela razão entre o saldo migratório e o volume total de migrantes (imigrantes + emigrantes). Proposto nos anos 1940 (NACIONES UNIDAS, 1971), esse índice, mais que caracterizar o perfil migratório de determinada área como de atração ou expulsão, busca apreender o resultado das trocas migratórias entre elas (CUNHA, 2015). Ainda conforme descrição de Cunha (2015, p. 287) “quanto mais próximo de 1, “mais eficaz” será a UF, já que os movimentos migratórios que a envolvem (seja de entrada ou saída) dão-se predominantemente em sua direção; por outro lado, será “menos eficaz” a UF cuja migração registrada seja composta de mais emigração, levando o índice a valores próximos a -1.

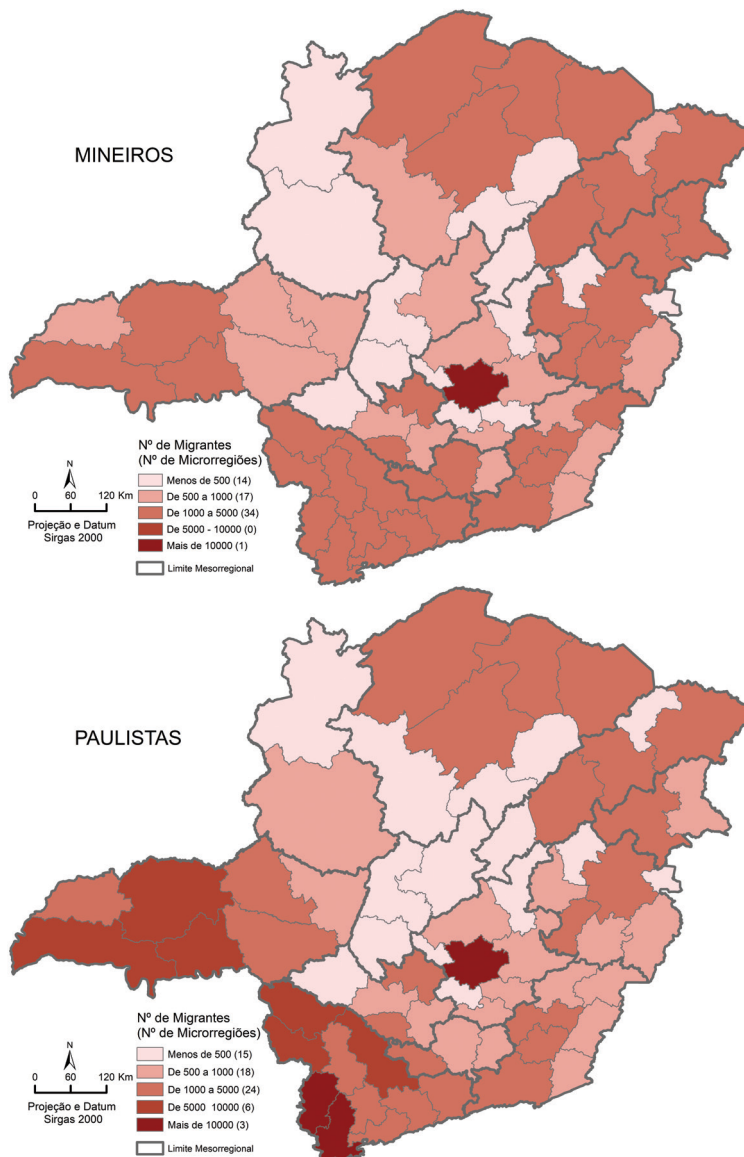


Figura 5 – Imigrantes de última etapa procedentes de São Paulo, residentes nas microrregiões de Minas Gerais em 2010, conforme UF de nascimento – mineiros e paulistas. Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra).

Tabela 2 – Ocupações mais frequentes dos imigrantes procedentes de São Paulo, residentes nas microrregiões de Minas Gerais em 2010, conforme UF de nascimento, mineiros e paulistas (migração de última etapa). Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra).

OCUPAÇÕES		Nff	%
MINEIROS	Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	3.678	6,81
	Pedreiros	2.970	5,50
	Balconistas e vendedores de lojas	2.529	4,68
	Trabalhadores elementares da agricultura	2.408	4,46
	Comerciantes de lojas	1.488	2,76
	Trabalhadores elementares da construção de edifícios	1.400	2,59
	Condutores de automóveis, táxis e caminhonetes	1.254	2,32
	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura	1.046	1,94
	Operadores de máquinas de costura	988	1,83
	Agricultores e trabalhadores qualificados de cultivos mistos	945	1,75
	Agricultores e trabalhadores qualificados no cultivo de hortas, viveiros e jardins	905	1,68
	Cozinheiros	840	1,56
	Trabalhadores de limpeza de edifícios, escritórios, hotéis e outros	813	1,51
	Trabalhadores elementares da indústria de transformação	810	1,50
	Escriturários gerais	804	1,49
	Cabeleireiros	797	1,48
	Condutores de caminhões pesados	758	1,40
	Guardas de segurança	649	1,20
	Criadores de gado e trabalhadores qualificados da criação de gado	603	1,12
Gerentes de comércio atacadistas e varejistas	600	1,11	
PAULISTAS	Balconistas e vendedores de lojas	3.211	5,49
	Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	2.297	3,93
	Trabalhadores elementares da agricultura	1.853	3,17
	Pedreiros	1.764	3,02
	Trabalhadores elementares da indústria de transformação	1.576	2,70
	Escriturários gerais	1.484	2,54
	Condutores de automóveis, táxis e caminhonetes	1.413	2,42
	Agricultores e trabalhadores qualificados de cultivos mistos	1.206	2,06
	Operadores de máquinas de costura	1.178	2,01
	Trabalhadores elementares da construção de edifícios	1.095	1,87
	Comerciantes de lojas	1.070	1,83
	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura	994	1,70
	Caixas e expedidores de bilhetes	842	1,44
	Professores de universidades e do ensino superior	757	1,29
	Trabalhadores de controle de abastecimento e estoques	745	1,27
	Trabalhadores dos serviços de informações	744	1,27
	Dirigentes de indústria transformação, mineração, construção e distribuição	730	1,25
	Condutores de caminhões pesados	715	1,22
	Trabalhadores de limpeza de edifícios, escritórios, hotéis e outros	706	1,21
Gerentes de comércio atacadistas e varejistas	696	1,19	

Nota: Discriminadas apenas as 20 ocupações mais frequentes para cada grupo. Também foi excluída a população com idade inferior a 15 anos.

paulistas, é relevante ressaltar a forte concentração nas regiões Triângulo Mineiro e, em especial, no Sul de Minas, embora seja relevante a presença desses imigrantes na microrregião de Belo Horizonte (que se enquadra na classe com mais de 10 mil em 2010). As outras duas microrregiões que receberam mais de 10 mil paulistas estão na região Sul de Minas (Pouso Alegre e Poços de Caldas).

Quando analisados os dados referentes ao nível e grupos de ocupação dos imigrantes procedentes de São Paulo, algumas particularidades podem ser observadas. Em uma primeira aproximação, notam-se semelhanças de mineiros e paulistas, embora a proporção de paulistas ocupados seja um pouco mais elevada⁵. No caso dos paulistas, excluindo a população com idade inferior a 15 anos, 56,45% declararam alguma ocupação. Para os mineiros, essa proporção foi de 53,62%. É possível que essa menor proporção, no caso dos mineiros, seja resultado do contingente maior de população em idade mais elevada e da consequente participação mais elevada de aposentados e pensionistas, cuja frequência em migrantes retornados tende a ser mais elevada.

A tênue diferença nos níveis de ocupação, contudo, exprime resultados que são observados quando discriminadas as ocupações de cada um desses grupos. Uma descrição geral sobre os principais grupos de ocupação dos imigrantes procedentes de São Paulo, apresentadas as 20 ocupações predominantes, como demonstrado na Tabela 2, torna possível observar diferenças quando comparados aos mineiros e paulistas. Em geral, tanto para os paulistas quanto para os mineiros, ocupações menos qualificadas são menos frequentes, especialmente aquelas ligadas ao setor de comércio e serviços. Há, contudo, sobretudo entre paulistas, maior ocorrência de ocupações que envolvem maiores níveis de qualificação e escolaridade, tais como professores de universidades e do ensino superior, trabalhadores de controle de abastecimento e estoques, trabalhadores dos serviços de informações, dirigentes de indústria da transformação, mineração, construção e distribuição, e gerentes de comércios atacadistas e varejistas. Em frequências menores, não listadas na Tabela 2, também podem ser destacadas ocupações relacionadas a diferentes tipos de empreendedorismo empresarial em diversos setores da economia, incluindo o turismo, prestação de serviços, agronegócio, entre outros. Esses fluxos parecem conferir, especialmente nas microrregiões de Minas Gerais próximas aos limites com São Paulo, uma nova fronteira do processo dispersão espacial. O mito de prevalência absoluta do retorno, ainda que se mantenha importante no cenário migratório regional, não se sustenta diante das evidências trazidas pelos dados censitários.

⁵ O quesito "ocupação", no censo demográfico de 2010, foi extraído da informação declarada pela pessoa que a exercia no único trabalho principal ou no trabalho principal que tinha na semana de referência (de 25 a 31 de julho de 2010).

Considerações finais

O debate sobre a dispersão espacial da população tornou-se recorrente nos últimos anos, em razão, em parte, do elevado poder explicativo e das consequências inerentes à dinâmica populacional brasileira, dados os efeitos iniciais da transição demográfica. Ainda existem inúmeras incertezas sobre a prevalência de determinados padrões de distribuição espacial da população no país. A crença na suposta reversão da polarização, ou mesmo a hipótese de desconcentração espacial, tal como exposta por determinados autores e proposta nos modelos clássicos da economia regional, tem-se mostrado insuficiente para abranger as espacialidades do Brasil contemporâneo. A progressiva queda relativa no peso econômico e demográfico dos principais centros urbanos do país, bem como a desaceleração no ritmo de crescimento das principais regiões metropolitanas, requer maior aprofundamento na avaliação de novas tendências na distribuição espacial da população brasileira.

Ainda que os fluxos migratórios interestaduais indiquem a saída de significativos contingentes de mineiros para São Paulo, bem como para outras regiões do Brasil, há indícios de novos arranjos ou tendências na dinâmica migratória inter-regional, conforme mostram os dados dos últimos Censo Demográfico. Minas Gerais, que fora um estado eminentemente expulsor de população, passou a receber crescentes contingentes migratórios, inclusive procedentes do estado paulista. Nas trocas populacionais com São Paulo, identificadas pela migração de última etapa, as entradas de paulistas têm sido cada vez mais relevantes. Além dos já conhecidos movimentos de espraiamento ao redor dos grandes polos, como São Paulo, Rio de Janeiro, ou mesmo Belo Horizonte, novos centros urbanos têm-se fortalecido regionalmente.

Em Minas, municípios de porte intermediário do Triângulo e Sul de Minas, como Uberlândia, Uberaba, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Itajubá, Três Corações e Passos, por exemplo, vêm-se constituindo alternativa de fixação para migrantes procedentes de São Paulo. Além da migração de retorno, que tem mantido sua relevância no interior dos fluxos migratórios vindos de São Paulo, como já mencionado na literatura, também se destaca a migração de paulistas em direção a Minas, sobretudo para as regiões mais próximas a São Paulo. Essa forte presença de imigrantes paulistas em Minas, mesmo que concentrada em áreas do sudoeste mineiro, internaliza evidências acer-

ca de um novo dinamismo regional, capaz de atrair populações não absorvidas pelo mercado paulista ou em busca de novas oportunidades e expectativas. Ainda que os resultados sejam restritos às quatro últimas décadas censitárias e necessitem de maior aprofundamento quanto às condições estruturais que induzem o crescimento da imigração procedente do estado de São Paulo, algumas questões mais amplas merecem reflexão mais profunda: esses migrantes tem representado *input* relevante de capital humano regional? São mais qualificados e podem ter efeito indutor sobre o mercado de trabalho nos municípios receptores? Novas centralidades se consolidam nessas regiões receptoras associadas à migração de paulistas? Essas, entre outras, são questões que não devem ser ignoradas. Podem trazer à luz mais que números sobre os fluxos migratórios. Representam nexos e elos entre pessoas e territórios, que traduzem relações entre lugares. Uma política de desenvolvimento regional deve, necessariamente, considerar os possíveis efeitos desse contingente migratório na dinâmica econômica.

Agradecimentos

Agradecemos à FAPEMIG e ao CNPq pelo auxílio financeiro aos projetos de pesquisa em execução. Em especial, ao CNPq pela bolsa de estágio de pós-doutorado sênior, cujo projeto de pesquisa é desenvolvido no NEPO/UNICAMP.

Referências

- AZZONI, C. Indústria e reversão da polarização no Brasil. *Ensaio Econômico*, São Paulo, IPE/USP, n. 58, 1986.
- BAENINGER, Rosana. Redistribuição espacial da população: características e tendências do caso brasileiro. *Notas de população*. Santiago do Chile, n. 65, p. 145/202, Jun.1997. IBGE, Migração e deslocamento - Resultados da Amostra. Rio de Janeiro, 2003.
- CUNHA, J. M. P. A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (des)continuidades e rupturas. In: ARRETCHE, M. *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora UNESP; CEM, 2015, 279-307.
- CUNHA, J. M. P. da e BAENINGER, R. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. *Caderno CRH*, v. 18, n. 43, jan-abril 2005.
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 11, p. 35-64, set. 1993.
- IBGE, Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- LOBO, C. Dispersão espacial da população no Brasil. *Mercator*, v. 15, n. 3, 2016.
- LOBO, C. *Dispersão espacial da população nas Regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras*. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- LOBO, C. et al. Expanded commuting in the metropolitan region of Belo Horizonte: evidence for reverse commuting. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 32, n. 2, p. 219-233, 2015.
- LOBO, C. e MATOS, R. Migrações e a dispersão espacial da população nas regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 2011, vol. 28, n. 1, p. 81-101.
- LOBO, C. e MATOS, R. Dispersão espacial da população e do emprego formal nas regiões de influência do Brasil contemporâneo. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 12, n. 24, pp. 309-330, jul./dez. 2010.
- MARTINI, G.; CAMARANO, A. A.; NEUPERT, R.; BELTRÃO, K. *A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectiva*. In: VI ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6, 1988, Olinda. Anais... Olinda: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 1, p. 19-65, 1988.
- MATOS, R. et al. *Inversão no balanço migratório mineiro: as trocas populacionais entre Minas e São Paulo*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2010, Caxambu.
- MATOS, Ralfó. *Espacialidades em Rede: População, Urbanização e Migração no Brasil Contemporâneo*. Belo Horizonte: C/Arte Editora, 2005. v. 1000. 264p.

MATOS, R. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, p. 35-58, 1995.

REDWOOD III, J. Reversion de polarizacion, ciudades secundarias y eficiencia en el desarrollo nacional: una vision teorica aplicada al Brasil contemporaneo. *Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales*. Santiago, v. 11, n. 32, dic. 1984.

RICHARDSON, H. W. Polarization reversal in developing countries. *The Regional Science Association Papers*. Los Angeles, v. 45, p. 67-85, nov. 1980.

RIGOTTI, José I. R. *Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários*: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais – CE-DEPLAR. Belo Horizonte/MG, 1999.

TOWNROE, P.; KEEN, D. M. Polarization reversal in the state of São Paulo, Brazil. *Journal of the Regional Studies Association*. Cambridge, v. 18, n. 1, Feb. 1984.